Comunicados do Ipea

Nº 135

Considerações sobre o Pleno Emprego no Brasil

16 de fevereiro de 2012

ipea
Por um Brasil desenvolvido

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro Wellington Moreira Franco

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Geová Parente Farias

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, substituto
Marcos Antonio Macedo Cintra

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas
Vanessa Petrelli Corrêa

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Francisco de Assis Costa

Diretor de Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura
Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais
Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete
Fábio de Sá e Silva

Comunicados do Ipea

Os *Comunicados do Ipea* têm por objetivo antecipar estudos e pesquisas mais amplas conduzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com uma comunicação sintética e objetiva e sem a pretensão de encerrar o debate sobre os temas que aborda, mas motivá-lo. Em geral, são sucedidos por notas técnicas, textos para discussão, livros e demais publicações.

Os *Comunicados* são elaborados pela assessoria técnica da Presidência do Instituto e por técnicos de planejamento e pesquisa de todas as diretorias do **Ipea**. Desde 2007, mais de cem técnicos participaram da produção e divulgação de tais documentos, sob os mais variados temas. A partir do número 40, eles deixam de ser *Comunicados* da Presidência e passam a se chamar *Comunicados do Ipea*. A nova denominação sintetiza todo o processo produtivo desses estudos e sua institucionalização em todas as diretorias e áreas técnicas do **Ipea**.

1. Apresentação[1]

Este comunicado tem por objetivo investigar a dinâmica do mercado de trabalho no Brasil para verificar se a economia brasileira encontra-se atualmente em pleno emprego. O conceito de pleno emprego está ligado à utilização máxima dos fatores de produção, capital e trabalho, em uma situação de equilíbrio entre a oferta e a demanda por estes insumos.

Para tanto, o comunicado está dividido em três seções. Na primeira seção discute-se o mercado de trabalho brasileiro, dando destaque especial para as especificidades de uma economia marcada por uma heterogeneidade produtiva. Na segunda seção analisa-se a evolução do mercado de trabalho no Brasil e, por fim, fazem-se as observações finais.

2. A heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro

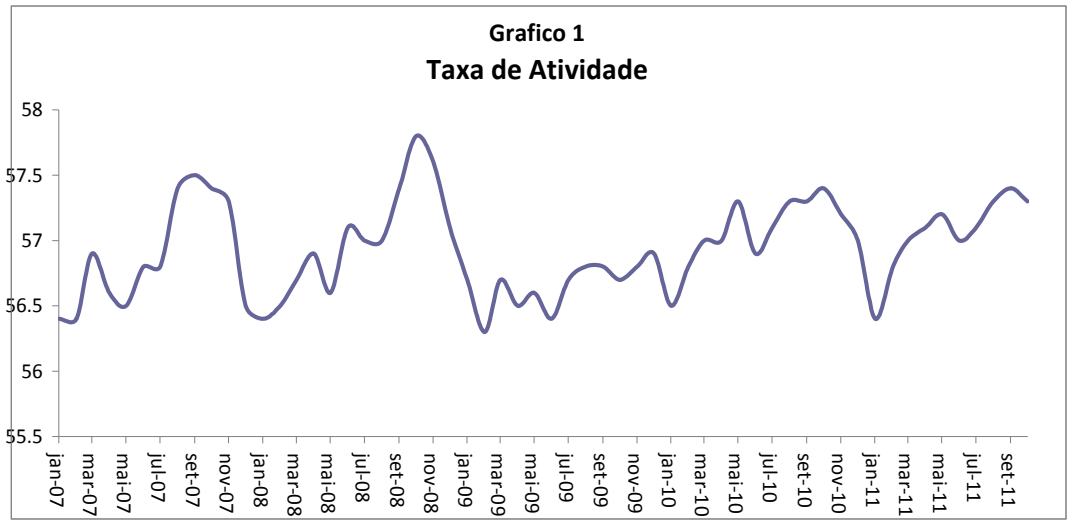
A herança do subdesenvolvimento gerou no Brasil um mercado de trabalho marcado por forte heterogeneidade estrutural, no qual convivem empresas com diferentes níveis de produtividade e diversos graus de desenvolvimento tecnológico, existindo expressivo contingente de mão de obra que atua na informalidade, tanto nas metrópoles, quanto nas cidades médias e também pequenas.

Essa heterogeneidade estrutural se reflete também na expressiva diversidade da estrutura ocupacional, comportando formas de inserção ocupacional bastante distintas do ponto de vista da regularidade do trabalho, quer seja em relação à jornada de trabalho, à previsibilidade de rendimentos, ou até mesmo ao usufruto dos direitos trabalhistas. Essas formas precárias de inserção no mercado de trabalho[2] muitas vezes evidenciam situações em que o trabalhador está em condição mais próxima do desemprego aberto do que de um emprego de fato.

A estrutura heterogênea do mercado de trabalho nacional favorece a objetivação de contrastes na proporção da população em idade ativa que se estabelece na população economicamente ativa (PEA). Portanto, uma investigação que busque compreender o fenômeno do pleno emprego na economia brasileira deve buscar também os determinantes da movimentação da população em idade ativa entre as situações de inatividade e atividade no mercado de trabalho, isto é, o comportamento da oferta de

mão de obra não é independente do comportamento da demanda por mão de obra, a qual, por sua vez, varia de acordo com o ciclo econômico.

De acordo com o gráfico 1, nota-se que a taxa de atividade no país (razão entre a PEA economicamente ativa e a em idade ativa) vem oscilando acentuadamente ao longo do tempo, situação característica de uma economia como a brasileira, em que a entrada e saída da mão de obra no mercado de trabalho é altamente potencializada pela oscilação do ciclo econômico, uma vez que o sistema de seguro-desemprego é restrito[3] e devido também ao fato de que elevada proporção de famílias auferem rendimentos próximos aos níveis que permitem apenas a sobrevivência de seus membros.



Fonte: IBGE/PME. Elaboração: IPEA/DIMAC/GAP.

Esta situação peculiar difere daquela encontrada em países desenvolvidos, pois o mercado de trabalho nesses países é mais homogêneo. Isto implica que o desemprego nacional expressa de forma razoavelmente consistente a situação ocupacional média desses países.[4] Portanto, nesses casos, normalmente não existe a elevada oscilação da taxa de participação que, como já foi salientado, é uma das marcas do mercado de trabalho brasileiro que simboliza um dos principais aspectos de sua heterogeneidade.

Desta forma, não está afastada a possibilidade de que, diante de um crescimento econômico sustentado ao longo do tempo, a taxa de desemprego caia de maneira tão significativa, quando seria mais previsível que acontecesse em um país de mercado de trabalho mais homogêneo, pois não se pode avaliar, *ex ante*, para o caso brasileiro, como será o comportamento da taxa de participação em momento de ascensão do ciclo

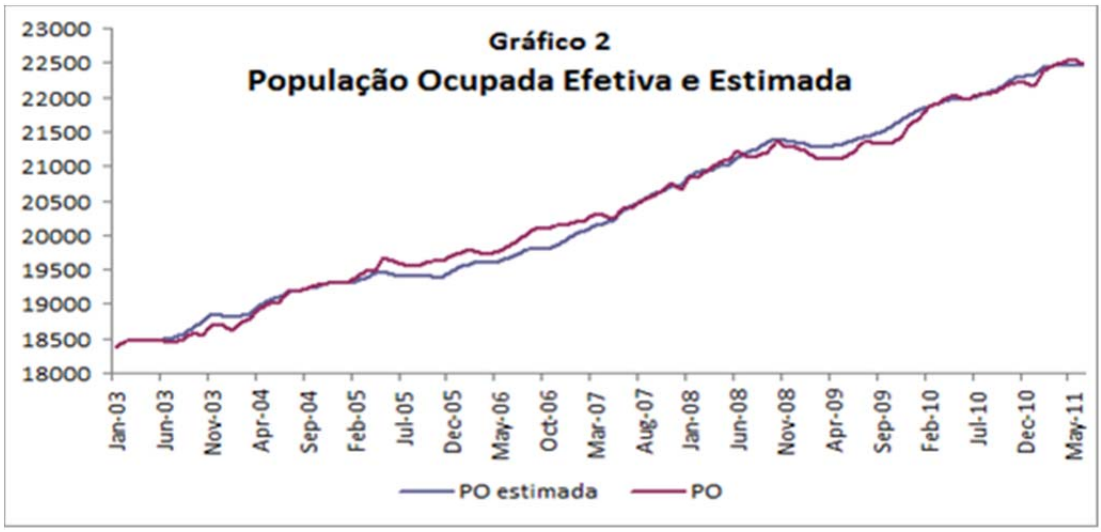
econômico. Isto porque há fatores que impulsionam a maior participação da mão de obra no mercado de trabalho, como também fatores que contra-arrestam este movimento de expansão, criando, assim, um ambiente de incertezas quanto ao comportamento futuro do nível de emprego da economia.

Por diversas razões, existe um elevado contingente de pessoas, no Brasil, que alterna momentos de inserção no mercado de trabalho (quer seja como ocupados – muitas vezes em situações precárias, do ponto de vista da execução de algum tipo de trabalho, bem como de irregularidade e instabilidade da remuneração – ou como desempregados) com momentos de inatividade, quer seja por decisões relacionadas a uma avaliação de que teria dificuldade de encontrar trabalho naquele momento ou naquela região, ou por circunstâncias pessoais (como, por exemplo, doença em família ou dificuldades de locomoção relacionadas a fatores logísticos da região em que habita, ou também por enfermidade). A própria existência desse fenômeno das oscilações das taxas de participação revela ser elevado o contingente da PEA que tem sua capacidade laborativa subutilizada. Esta é a razão que justifica um estudo mais acurado destas circunstâncias, para que se possa avaliar a situação de pleno emprego de uma economia como a brasileira.

3 A evolução recente do Mercado de Trabalho no Brasil

Ao longo dos últimos anos, o mercado de trabalho brasileiro vem mostrando de forma contínua um bom desempenho. De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população ocupada nas seis regiões metropolitanas (RMs) do país[5] cobertas pela pesquisa saltou de 17,6 milhões em julho de 2002 para 22,7 milhões em setembro de 2011, o que corresponde a um aumento da ordem de 30%.

Conforme demonstrado no boletim *Conjuntura em Foco*, do Ipea, de setembro de 2011, esta expansão da população ocupada no país vem ocorrendo concomitantemente com a melhora no desenvolvimento econômico do Brasil, estimulando a hipótese de que o grande propulsor do emprego no país é o crescimento da economia.



Fonte: IPEA/ GAP/DIMAC.

Como pode ser verificado no gráfico 2, a população ocupada possui uma relação positiva com o crescimento econômico. Mesmo que ao longo destes 10 anos, a adoção de outras políticas também tenha contribuído para expandir o ritmo de crescimento do emprego, foi o próprio crescimento da economia que possibilitou a geração de novos postos de trabalho.

Desta forma, a manutenção de uma trajetória de crescimento econômico sustentado é condição importante e necessária, mas não suficiente para que a taxa de desemprego continue se reduzindo no Brasil e também para minimizar as fissuras existentes na estrutura do emprego nacional.

3.1 A trajetória recente dos indicadores de emprego e desemprego

A elevada desigualdade estrutural existente entre a realidade econômica das metrópoles e dos municípios do interior do Brasil muitas vezes se espelha em resultados bastante diversos em termos de geração de postos de trabalho. Tomando-se como exemplo o emprego formal medido pela PME[6] e o verificado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS),[7] nota-se que a taxa de crescimento do emprego com carteira assinada no país, ao longo dos últimos anos, foi pouco maior no Brasil como um todo (dados da RAIS) ante as seis RMs cobertas pela pesquisa do IBGE, espelhando, provavelmente, o crescimento maior do emprego nos pequenos municípios.

Tabela 1

Brasil - Pessoal Ocupado Com carteira (em 1.000 pessoas)		
	PME[1]	RAIS[2]
2007	9,937	37,607
2008	10,574	39,441
2009	10,749	41,207
2010	11,594	44,068
Variação no período	16.7	17.2

[1] *Referente a 6 RMs.;*

[2] *Referente a 27 Ufs;*

** Dados referentes a outubro.*

Fonte: IBGE e MTE. Elaboração: IPEA/DIMAC/GAP.

Outro aspecto importante a salientar diz respeito à mensuração do pleno emprego em um mercado de trabalho ainda marcado por uma expressiva informalidade. A despeito da reconhecida queda da informalidade que vem ocorrendo, nos anos mais recentes, no mercado de trabalho brasileiro, em todas as regiões, a mesma ainda apresenta uma dimensão significativa.

Desta forma, a comparação entre as taxas de desemprego aberto de curto prazo com as taxas de desemprego mais amplas, que descreva as situações de inserção precária nos mercados de trabalho regionais, revela uma diferença não desprezível em seus resultados, embora ambas as taxas exibam uma trajetória declinante nos últimos anos.[8]

De fato, a taxa de desemprego aberto para os mercados de trabalho das metrópoles (bem como a média entre elas, conforme divulgado pela PME) está em patamares bastante baixos, segundo padrões internacionais ou mesmo quando se compara sua trajetória recente no mercado de trabalho brasileiro com seus valores históricos.

No entanto, as taxas apresentadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), realizada em várias RMs brasileiras, para avaliar o desemprego oculto pelo trabalho precário somado ao desemprego oculto pelo desalento, ainda se situam em patamares superiores a uma eventual situação de pleno emprego. Por conseguinte, ao

analisar o mercado de trabalho brasileiro levando em consideração a taxa de desemprego total, em vez da aberta, o cenário fica menos favorável a uma afirmação da tese do pleno emprego . Esta mudança de perspectiva (ditada pela comparação dos dados mais amplos de medição do fenômeno do desemprego) ocorre porque ainda é significativa, em algumas partes do país, a parcela de desemprego oculto da população economicamente ativa.

Os dados da tabela 2 comprovam que, em todas as RMs, a contribuição do desemprego oculto (em suas duas modalidades) para o desemprego total é expressiva, revelando o elevado grau de subutilização do trabalho ainda existente, independentemente do declínio recente em todos os indicadores de desemprego.

Na RM de Salvador, por exemplo, a taxa de desemprego aberto é igual a 10,3% da PEA, mas, considerando-se o desemprego oculto, a taxa de desemprego total salta para 15,3% (resultado de 3,4% em situação de desemprego oculto pelo trabalho precário e mais 1,7% em desemprego oculto pelo desalento).

Da mesma forma, na RM de Recife, o desemprego aberto é de 8,7% e o total igual a 13,8%. Ou seja, muitas vezes, a situação de desemprego oculto pode representar algo próximo de 50% do aberto, como no caso da RM de Salvador. Nos casos menos críticos, o desemprego oculto, de todo modo, ainda representa aproximadamente um quinto do desemprego aberto, como no caso de Belo Horizonte (tabela 2).

Tabela 2

PEDs - RMs

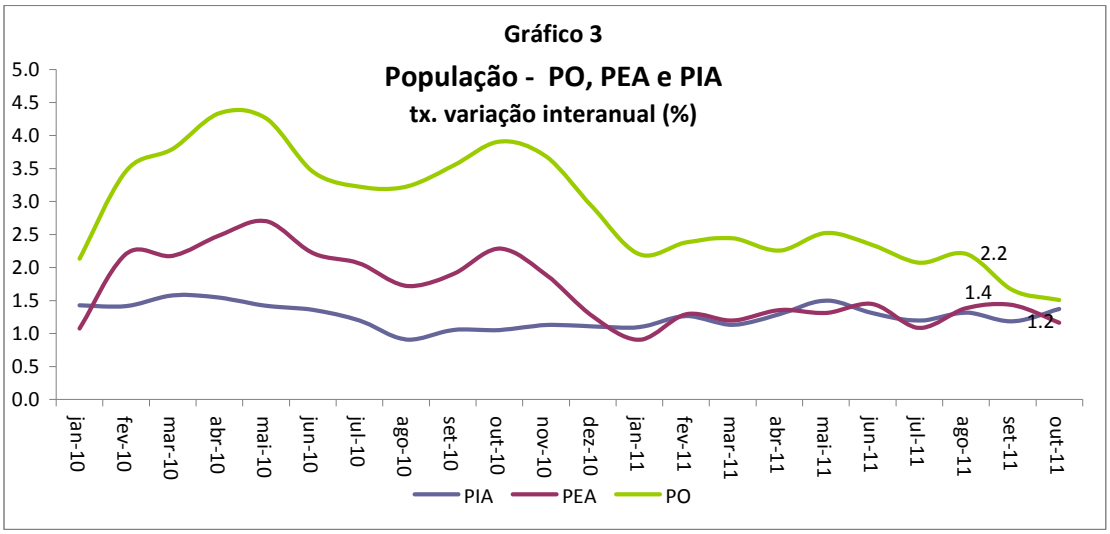
Taxa de desemprego média em 2011 - (jan. a out./11)

	Aberto	Oculto	Total
São Paulo	8.5	2.3	10.8
Recife	8.7	5.1	13.8
Porto Alegre	6.3	1.3	7.6
Belo Horizonte	6.4	1.1	7.5
Distrito Federal *	9.0	3.9	12.9
Salvador *	10.3	5.0	15.3
Fortaleza *	6.3	3.0	9.3

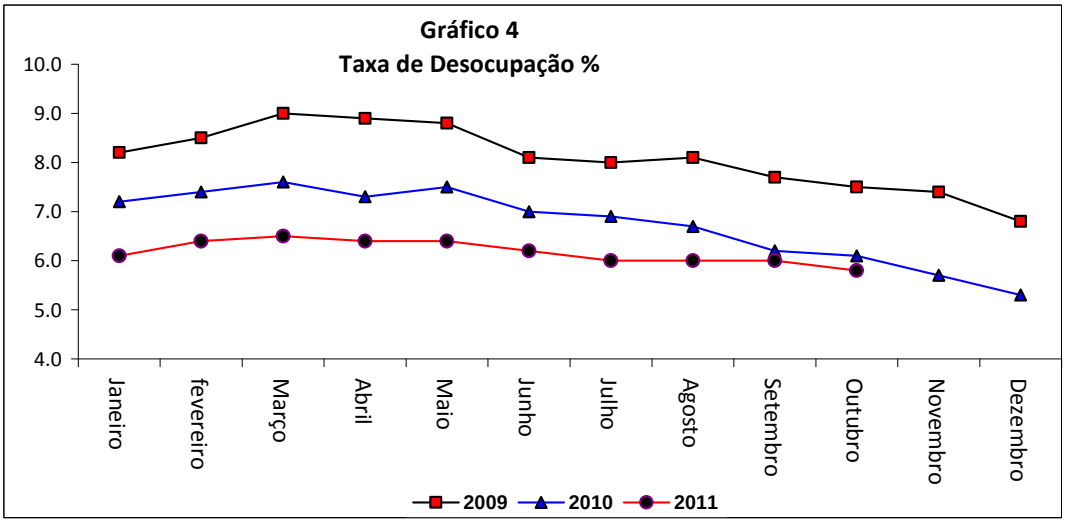
Fonte: Dieese

** Média de janeiro a setembro.*

Com o crescimento da população ocupada a taxas superiores ao incremento da PEA, a taxa de desocupação vem caindo de forma expressiva nos últimos anos, de modo que atualmente se encontra em níveis muito baixos. Os gráficos 3 e 4 mostram o comportamento das principais indicadores do mercado de trabalho medidos pela PME.



Fonte: IBGE/PME. Elaboração: IPEA/DIMAC/GAP.

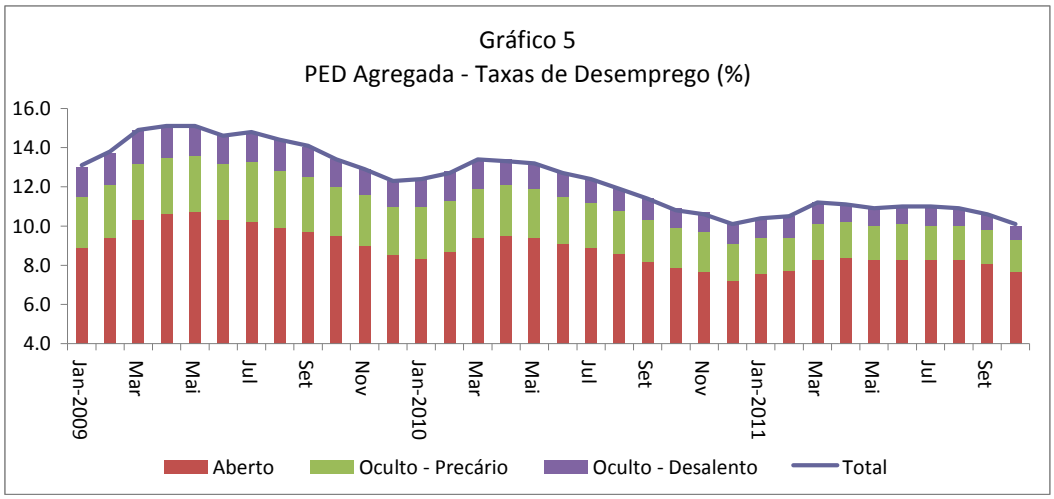


Fonte: IBGE/PME. Elaboração: IPEA/DIMAC/GAP.

A análise, no entanto, de uma taxa de desemprego mais ampla, que compute também o desemprego oculto, pode ser feita com base nas mencionadas PEDs, disponíveis para algumas RMs no Brasil.

A heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro se expressa, em síntese, pela convivência de empregos formais com contratos de trabalho legalizados, ao lado de diversas modalidades de ocupação precária ou de diferentes motivos para o chamado desemprego oculto pelo desalento. Esta situação de desemprego oculto pelo desalento pode ser muitas vezes computada, em pesquisas de metodologias mais tradicionais, como uma situação de inatividade, embora a pessoa classificada nesta condição de fato precise de um emprego ou pelo menos de uma ocupação, podendo eventualmente deixar de procurá-la, retirando-se temporariamente do mercado de trabalho, à espreita do que ela mesma considera uma melhor oportunidade futura.

O gráfico 5 retrata que, embora venha caindo ao longo dos últimos meses, ainda há diferença entre as taxas de desemprego aberta e total. Em janeiro de 2009, quando o país ainda sentia fortemente os impactos da crise financeira internacional, a taxa de desocupação aberta era de 8,9%, enquanto a total registrava 13,1%. Em dezembro de 2010, passados os efeitos da crise, este diferencial entre as taxas havia sido reduzido para 2,9 pontos percentuais (p.p.) (10,1% total contra 7,2% aberto).

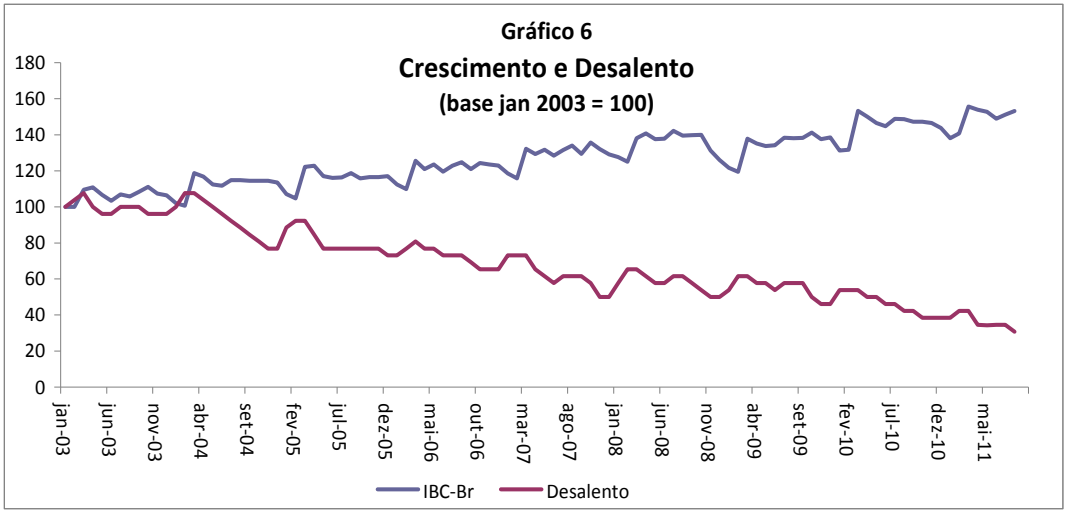


Fonte: DIEESE. Elaboração: IPEA/DIMAC/GAP.

Esta queda no diferencial das taxas é resultante de um recuo tanto nos indicadores de desemprego oculto pelo trabalho precário quanto pelo desalento, o que é compatível com a situação de maior desenvolvimento econômico pelo qual o país vem passando.

De fato, os ciclos de expansão da economia trazem uma melhora na percepção das condições do mercado de trabalho, fazendo que o desalento inicie uma trajetória de

retração. Esta relação inversa entre crescimento e desalento é comprovada pelo gráfico a seguir.



Fonte: BCB e DIEESE. Elaboração: IPEA/DIMAC/GAP.

Esta queda no desemprego por desalento, em um primeiro momento, implica um incremento na PEA, uma vez que traz de volta à ativa um contingente de pessoas que, até então, não mais procuravam emprego por achar que não iria encontrá-lo. Deve-se sublinhar que diversos fatores estruturais (econômicos e sociais) concorrem para explicar e influenciar oscilações na taxa de participação da PEA no mercado de trabalho – muitas delas direta ou indiretamente afetadas por diferenças regionais.

Em primeiro lugar, no Brasil, não há um sistema de seguro-desemprego que seja abrangente o suficiente para evitar a conhecida realidade, segundo a qual uma parcela expressiva (embora tenha declinado ultimamente, continua elevada) de trabalhadores recorre a estratégias de sobrevivência diante da falta de dinamismo do mercado de trabalho em gerar postos de trabalho que possam absorver pessoas com qualificação. Esta é, fundamentalmente, a razão para a elevada informalidade que ainda grassa em todas as regiões do país, com diferenças entre elas, embora em nenhum caso com pequena parcela de trabalhadores nesta situação.

Outro fator estrutural relaciona-se ao fato de que são bastante comuns ainda, na estrutura produtiva brasileira, atividades de baixo conteúdo tecnológico, as quais reproduzem também uma estrutura de emprego em que as ocupações de baixos rendimentos são habituais, de tal forma que os trabalhadores ocupados nestes postos de

trabalho dedicam-se, quase permanentemente, à procura de novos empregos, situação que, dependendo da metodologia utilizada para captar a forma de inserção no mercado de trabalho, podem ser classificadas como “ocupados” ou como “desemprego oculto pelo trabalho precário”. Se prevalecer o primeiro caso, a realidade ocupacional estaria superestimada.

Nos últimos anos, porém, surgiram fatos novos que têm afetado os movimentos entre as situações de atividade e de inatividade – em uma palavra, a taxa de participação da PEA. Entre esses fatores, destaque-se em primeiro lugar o crescimento econômico, que esteve acima da média histórica que havia caracterizado os anos 1990, associado ineditamente ao fenômeno da melhora na distribuição das rendas do trabalho.

Tal situação permitiu o aumento da renda média do trabalho e também da renda média familiar *per capita*, podendo ter contribuído para que muitas famílias decidissem retirar um ou mais membros do mercado de trabalho. Por outro lado, o próprio crescimento econômico pode ter estimulado muitas pessoas a abandonar a inatividade (ou então a situação de desemprego oculto pelo desalento, na definição da PED), animando-se a buscar uma ocupação no mercado de trabalho.

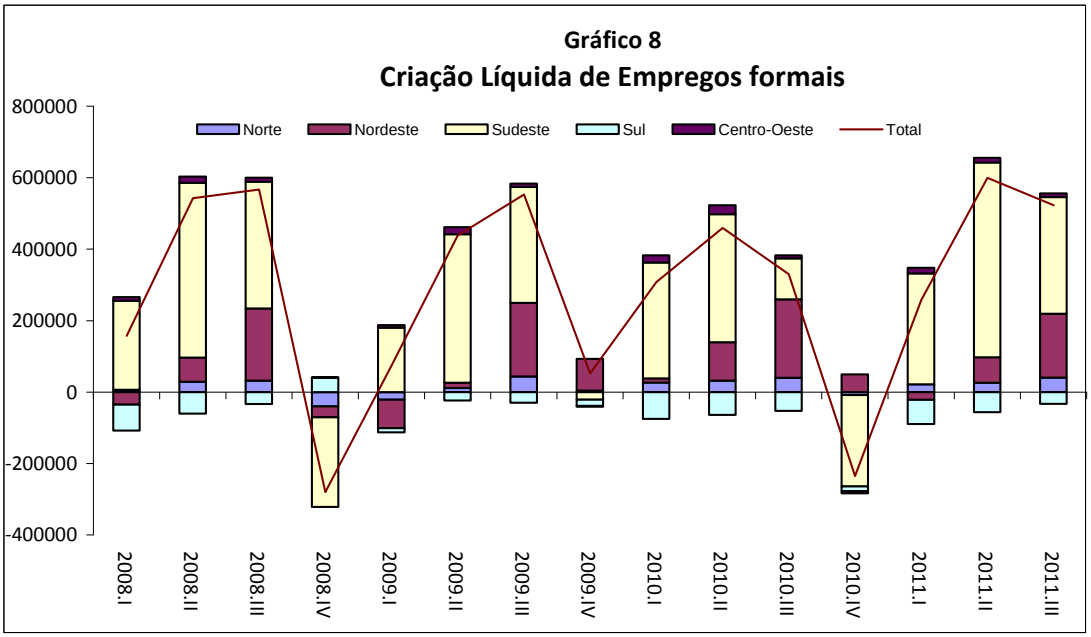
De forma indireta, a taxa de desocupação, assim como a geração de empregos, pode ser afetada, nos anos mais recentes, pelo aumento do salário mínimo e/ou pela ampliação da cobertura dos programas de transferência de renda. Dados da dinâmica do emprego formal por tamanho de município revelam que – em especial nas regiões mais pobres do país e nos municípios de menor porte – o crescimento da formalização do mercado de trabalho, medida pelo aumento do emprego com carteira de trabalho assinada, tem se objetivado com maior intensidade *vis-à-vis* a média do país.

Aqui, mais uma vez, temos que enfrentar uma limitação de escopo das pesquisas atualmente disponíveis para medir o desemprego no país, uma vez que não há medida de taxa de desemprego fora das RMs. Porém, há estudos e dados que sugerem que, nos municípios médios e pequenos, a consolidação de uma demanda mais estável e – com o aumento do valor real do salário mínimo dos últimos anos – mais vigorosa tem promovido maiores incentivos aos donos de pequenos e médios estabelecimentos que comercializam bens e produtos de baixo valor unitário em formalizarem os contratos de trabalho de seus funcionários, o que, dada a menor proporção do emprego formal nessas cidades, em comparação com a média nacional, provocou um crescimento da

formalização, nesses municípios, acima do crescimento da formalização quando considerado o conjunto da economia.

3.2 A composição do trabalho formal no Brasil

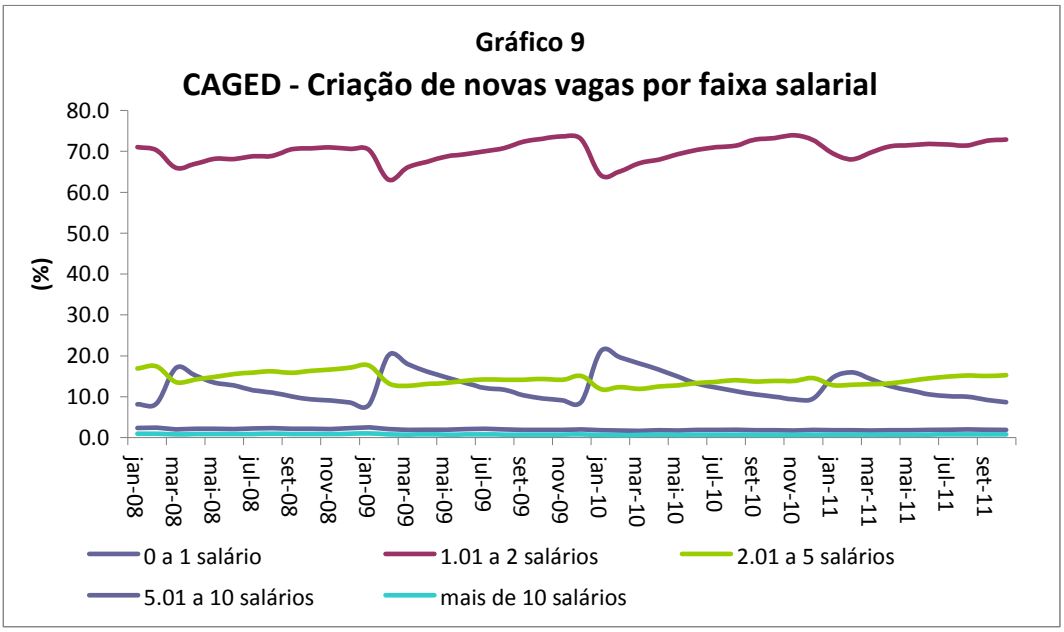
A partir de uma análise dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), é possível demonstrar a fragilidade do argumento do pleno emprego a partir de uma taxa de desemprego nacional. Isto ocorre porque a composição do emprego entre as regiões do país é muito distinta. Tomando-se como base as estatísticas de emprego formal divulgadas pelo MTE, nota-se que ao longo dos últimos anos, enquanto a região Sudeste foi responsável pela criação de milhares de novas vagas com carteira, a região Sul teve um comportamento inverso, marcado pela destruição de postos de trabalho (gráfico 8).



Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: IPEA/DIMAC/GAP.

Portanto, deve-se fazer uma análise, também, sobre o tipo de emprego em expansão no Brasil. Ainda de acordo com os dados do CAGED, é muito maior a proporção dos novos postos de trabalho criados cuja remuneração situa-se até dois salários mínimos (gráfico 9). Assim, o dinamismo do mercado de trabalho brasileiro nos tempos recentes tem gerado, em sua maior parte, postos de trabalho cujos rendimentos

estão abaixo dos *fair wages (empregos justos, em tradução livre).* Ademais, deve-se registrar que, em termos setoriais, é nítido que a maior parte das novas vagas de trabalho no país vem ocorrendo nas atividades de serviços e de construção civil, que tradicionalmente remuneram abaixo da média das atividades da indústria de transformação, ainda que, no caso da construção civil, isso se tenha invertido nos últimos anos.



Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: IPEA/DIMAC/GAP.

4 Considerações finais

Como foi destacado no início deste comunicado, o objetivo do texto foi verificar se a economia brasileira encontra-se em situação de pleno emprego do trabalho. Reuniram-se evidências que negam esta hipótese. Por outro lado, não se pode ignorar o fato de que mudanças importantes estão em curso, notadamente os ganhos salariais reais (acima da inflação acumulada nos últimos 12 meses) em alguns setores e a falta de mão de obra em alguns outros, bem como em algumas poucas profissões.

O que se encontra em curso na economia brasileira é uma mudança de patamar salarial em alguns setores ou em algumas profissões. Portanto, muitas das questões sobre o desemprego que foram discutidas aqui decorrem justamente da ausência de uma taxa nacional de desemprego que seja produzida mensalmente, razão pela qual seria

necessário realizar alguns exercícios para avaliar a possibilidade de a economia brasileira estar diante de uma situação de pleno emprego.

Isto ocorre porque, invariavelmente, a taxa de desemprego usualmente utilizada para a medição do pleno emprego representa, na verdade, uma taxa de desocupação, ou seja, uma taxa de desemprego aberto, aos moldes das habitualmente captadas nos compêndios internacionais para descrever a situação de mercados de trabalho em países desenvolvidos. No Brasil, tanto o IBGE quanto as PEDs metropolitanas calculam taxas de desemprego aberto, neste caso com metodologias e resultado semelhantes.

Além de ser difícil e controverso estimar qual seria a taxa de pleno emprego, deve-se também ponderar que a opção por uma avaliação da dimensão do desemprego através da taxa de desemprego aberto acaba subestimando – conforme já mencionado no texto – a parcela de trabalho na sociedade que ainda poderia ser mobilizada pela atividade produtiva. Esta parcela se encontra, porém, com uma inserção produtiva e ocupacional disfarçada na forma da execução de diversas modalidades de subemprego, jornadas de trabalho parciais contra a sua própria vontade e necessidade econômica, para não dizer também das pessoas na condição de inatividade que, muitas vezes, constituem uma situação temporária e dependente do estágio em que se encontra o ciclo econômico, da composição familiar da renda, do número de membros da família e de outros diversos fatores.

Como agenda de pesquisa, é preciso avançar nas informações estatísticas para confirmar ou não a hipótese de que atualmente há, no Brasil, uma situação de pleno emprego, bem como investigar a evolução da produtividade do trabalho em certos setores e comparar com os ganhos salariais reais.

Além disso, é preciso, para contornar a falta de uma taxa de desemprego nacional, compreender a evolução do emprego por setores de atividade com corte regional, para identificar especificidades espaciais nas atividades econômicas que, eventualmente, estejam demonstrando crescimento acima da média, elaborando indicadores que permitam avaliar se eventuais valores de crescimento acima da média configuram situações de “pleno emprego setoriais”, por assim dizer.

A experiência brasileira mostra que, quando se pretende descrever e analisar a evolução do desemprego (e, no caso deste estudo, a situação de um suposto pleno emprego), é preciso analisá-lo em todas as suas dimensões, ou seja, não apenas sob a modalidade do desemprego aberto.

Ademais, é importante lembrar que existe um risco não desprezível de se incorrer em erros de avaliação sobre a futura taxa de desemprego quando não se leva em conta que, à medida que se expande a atividade econômica, alteram-se as diversas condições que afetam o comportamento da oferta da mão de obra no mercado de trabalho. Isto ocorre, notadamente por causa das acentuadas oscilações na taxa de participação da mão de obra, conforme se depreende de diversos estudos já publicados sobre o tema e também do que se conclui do acompanhamento conjuntural dos indicadores de mercado de trabalho – para isso, podem ser consultadas as várias edições da *Carta de Conjuntura* e da *Conjuntura em Foco*, do Ipea.

Ainda existe uma parcela expressiva de pessoas atuando na informalidade, e também é fato que, segundo o CAGED, cerca de 70% dos postos de trabalho gerados pelo setor formal do mercado de trabalho brasileiro se encontra na faixa de até dois salários mínimos. Sem contar que no Brasil ainda é muito expressiva, para padrões internacionais, a participação do emprego doméstico no conjunto das ocupações, atingindo cerca de 7% das mesmas segundo dados da PME.

Por fim, é importante registrar que, não obstante a dificuldade para se produzir um indicador que permita avaliar uma situação de pleno emprego que valha para o conjunto da economia, não se deve descartar a possibilidade de que haja problemas pontuais de oferta insuficiente de mão de obra em regiões e/ou setores de atividades específicas ou em profissões específicas.

ANEXO A

A tabela A.1 retrata as principais diferenças entre as diversas taxas de desemprego disponíveis no país. Da mesma forma que o corte territorial utilizado na análise do mercado de trabalho pode trazer conclusões imprecisas, a utilização de uma taxa de desemprego em detrimento de outra, dependendo do fenômeno que se deseja analisar, também pode gerar resultados equivocados.

Tabela A1

Variável	Conceituação
Desemprego Aberto	Proporção de pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao dia da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos 7 dias
Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	Proporção de pessoas que realizam algum trabalho remunerado eventual de auto-ocupação, ou seja, sem qualquer perspectiva de continuidade e previsibilidade, ou realizam trabalho não remunerado em ajuda de negócio de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás;
Desemprego Oculto pelo Desalento e Outros	Proporção de pessoas que não possuem trabalho e nem procuram emprego nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos último 12 meses
Desemprego Total	Proporção de pessoas que se encontram na situação de desemprego aberto, oculto pelo trabalho precário ou oculto de desalento

Fonte: Fundação SEADE. Elaboração: IPEA/DIMAC/GAP.

Notas:

1. Colaboraram na elaboração deste comunicado, pela Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac), Maria Andréia Parente Lameiras, Fernando Augusto Mansor de Mattos; pela Assessoria Técnica da Presidência do Ipea (Astec), Luciana Acioly, André Calixtre e Murilo Pires. A finalização deste documento contou com a assistência e colaboração da Assessoria de Comunicação do Ipea (Ascom).

2. Entendido este conceito de uma forma mais ampla, ou seja, o mercado de trabalho propriamente dito, no qual se estabelecem as relações de assalariamento, mas também incluindo as pessoas que trabalham em atividades de auto-ocupação (trabalhadores autônomos) e ainda os trabalhadores ocupados sem remuneração, em qualquer atividade.

3. As regras de elegibilidade ao seguro-desemprego exigem que o trabalhador tenha atuado com carteira assinada, o que restringe a proporção de trabalhadores que podem usufruir deste benefício social, dado que ainda é elevada a proporção de trabalhadores que atuam no segmento informal do mercado de trabalho; ademais, o tempo de duração do pagamento dos benefícios é pequeno no Brasil, ao contrário do que ocorre em países desenvolvidos.

4. É importante ressaltar que embora muitos destes países apresentem certa homogeneidade estrutural, a desigualdade regional também é um fenômeno que impacta negativamente na dinâmica do mercado de trabalho destes países.

5. Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

6. Que, conforme comentado acima, considera apenas as seis maiores RMs do Brasil.

7. Que inclui todos os municípios brasileiros.

8. Para uma compreensão dos conceitos veja tabela no anexo.

Ipea – Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República